



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

182
780

ED no AI Nº 0166051-1

EMBARGANTE: Blue Tree Hotels e Resorts do Brasil S/A

EMBARGADO: Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AÇÃO ORDINÁRIA. CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. EXIGÊNCIA DE DEPÓSITO PRÉVIO COMO PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ADMINISTRATIVO. INCONSTITUCIONALIDADE. SÚMULA VINCULANTE Nº 21/STF. ALCANCE DO ACÓRDÃO EMBARGADO. INOCORRÊNCIA DE OMISSÃO. ACLARATÓRIOS IMPROVIDOS. 1. Nesta sede aclaratória, a parte embargante suscita a existência de omissão no acórdão impugnado, sob a alegação de que o reconhecimento da desnecessidade do depósito recursal prévio implicaria não apenas na suspensão da exigibilidade do crédito tributário em discussão, mas principalmente na determinação de que fosse processado o recurso administrativo apresentado ao TATE/PE. 2. Não assiste razão à parte embargante, bastando para tanto verificar que o principal pedido formulado no agravo de instrumento subjacente consiste na suspensão da exigibilidade do crédito tributário questionado por meio do recurso administrativo em referência, tendo sido deduzida, *"em caráter adicional"* e *"caso entenda esse E. Tribunal não subsistir prejuízo à Fazenda Pública"* (fl. 09), pretensão no sentido de que fosse determinado o seguimento do recurso ordinário interposto perante o TATE/PE. 3. Na espécie, o alcance do provimento do recurso instrumental abrangeu somente o primeiro desses pedidos, seja porque a discussão trazida a este Tribunal está sediada em agravo (exígua via recursal) interposto em face de decisão denegatória de medida liminar, seja porque a concessão *initio litis* (em sede recursal) do comando ora pretendido pela parte agravante/embargante esvaziaria o conteúdo da ação ordinária ainda em curso em primeiro grau, cujo pedido final consiste justamente na obtenção de ordem que assegure o processamento do aludido recurso administrativo (fl. 28). 4. Aclaratórios conhecidos, porém improvidos, à unanimidade dos votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento nº 0166051-1, acima referenciados, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em conhecer dos aclaratórios e em negar-lhes provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 25 de abril de 2013 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

183
20

ED no AI Nº 0166051-1

EMBARGANTE: Blue Tree Hotels e Resorts do Brasil S/A

EMBARGADO: Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO E VOTO

Trata-se de **embargos de declaração** interpostos em face do acórdão adiante ementado, proferido no âmbito do Agravo de Instrumento nº 0166051-1:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AÇÃO ORDINÁRIA. CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. EXIGÊNCIA DE DEPÓSITO PRÉVIO COMO PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ADMINISTRATIVO. INCONSTITUCIONALIDADE. SÚMULA VINCULANTE Nº 21/STF. INSCRIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO NA DÍVIDA ATIVA ESTADUAL. PERDA DO OBJETO DESTES RECURSOS. INOCORRÊNCIA. AGRAVO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Inicialmente, afastou-se a alegação fazendária no sentido de que teria ocorrido a perda de objeto do presente recurso em virtude da inscrição do correspondente crédito tributário na dívida ativa estadual. 2. Quanto à discussão de fundo, o STF houve por bem rever a diretriz outrora dominante naquela Corte, sumulando, em caráter vinculante, a orientação de que *“É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo”* (Súmula Vinculante nº 21; no mesmo sentido: Súmula nº 373/STJ). 3. Agravo provido, em ordem a determinar a suspensão da exigibilidade do crédito tributário decorrente do Auto de Infração SF 005.01143/06-8 – cuja higidez foi questionada no recurso administrativo interposto nos autos de nº TATE 00.355/06-2 (não conhecido por ausência de depósito recursal prévio), objeto da Ação Ordinária NPU 0047923-30.2007.8.17.0001. Decisão unânime.

Nesta sede aclaratória, a parte embargante suscita a existência de omissão no acórdão em foco, sob a alegação de que o reconhecimento da desnecessidade do depósito recursal prévio implicaria não apenas na suspensão da exigibilidade do crédito tributário em discussão, mas principalmente na determinação de que fosse processado o recurso administrativo apresentado ao TATE/PE.

Sob essa perspectiva, a embargante pugna pela sanção da omissão apontada, a fim de que, em complementação ao acórdão embargado, seja determinado o processamento do mencionado recurso administrativo.

É o relatório. Passo a votar.

Não assiste razão à parte embargante, bastando para tanto verificar que o principal pedido formulado no agravo de instrumento subjacente consiste na suspensão da exigibilidade do crédito tributário questionado por meio do recurso administrativo em referência, tendo sido deduzida, *“em caráter adicional”* e *“caso entenda esse E. Tribunal não subsistir prejuízo à Fazenda*



184
70

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Pública” (fl. 09), pretensão no sentido de que fosse determinado o seguimento do recurso ordinário interposto perante o TATE/PE.

Diante desse cenário, vê-se que o alcance do provimento do recurso instrumental abrangeu somente o primeiro desses pedidos, seja porque a discussão trazida a este Tribunal está sediada em agravo (exigua via recursal) interposto em face de decisão denegatória de medida liminar, seja porque a concessão *initio litis* (em sede recursal) do comando ora pretendido pela parte agravante/embargante esvaziaria o conteúdo da ação ordinária ainda em curso em primeiro grau, cujo pedido final consiste justamente na obtenção de ordem que assegure o processamento do aludido recurso administrativo (fl. 28).

Nessa ordem de idéias, conheço destes embargos de declaração, porém **negotantes provimento**.

É como voto.

Recife, 25 de abril de 2013.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator